|  |
| --- |
| AUDIÊNCIA PÚBLICA CRA |

Nessa terça-feira (03/10), às 11h, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), realizou uma audiência pública no Plenário 07 do Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, para debater a atual situação e o planejamento para a Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

A audiência foi presidida pelo Senador Ivo Cassol (PP/RO), presidente da CRA.

O requerimento foi: RRA 25/2017, do Senador Ivo Cassol (PP/RO).

**Convidados**

|  |  |
| --- | --- |
| **Nome** | **Órgão/Função** |
| Sr. José Dumont Teixeira | Superintendente Interino da Subsecretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SERFAL/SEAD) |
| Sr. Rogério Papalardo Arantes | Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) |
| Sr. Edioni Gomes da Costa | Coordenador-Geral Substituto de Regularização Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) |

O Deputado Luiz Cláudio (PR/RO), iniciou a audiência, ressaltando a necessidade de regularizar as terras em Rondônia, e afirmando não haver agilidade por parte do Governo Federal para regularizar as terras. O próprio deputado apresentou 3 emendas com a finalidade de facilitar a vida dos agricultores e proporcionando agilidade aos órgãos encarregados com as questões do assentamento. Aponta também que sem a regulamentação o agricultor fica impossibilitado de pegar empréstimos. Perguntou para Dumont os porquês dos assentamentos acima de um módulo fiscal não estarem sendo regulamentadas.

O Senador Ivo Cassol (PP-RO) criticou os governos passados, principalmente o do PT, pela má gestão e consequente deterioração do INCRA e elogiou os resultados obtidos pelo INCRA na época do governo militar. Além de criticar as ações do Governo Federal em relação ao INCRA, também criticou em relação a EMATER, afirmando que foram alocados muitos trabalhadores nesse órgão, virando “cabide” de emprego. Observou ainda que tanto o INCRA como o Terra Legal vêm se “arrastando” no presente cenário.

Rogério Arantes relatou que a Lei 13465, que acabou de ser votada, veio para solucionar grande parte dos problemas relacionados com os assentamentos e a regulação das terras. Afirma que a meta atual do governo do Presidente Temer é na área de titulação. Porém, processos envolvidos na titulação, como o georreferenciamento, geram problemas orçamentários, por esse motivo existe um diálogo com bancadas de outros estados buscando recursos e apoio para a realização dos procedimentos necessários. Outro problema destacado por Rogério são os conflitos agrários que mancham o trabalho realizado pelo INCRA. Visando solucionar esses conflitos tanto o INCRA quanto o Terra Legal criaram ouvidorias para discutir e buscar soluções para os conflitos. Essas duas entidades também criaram um GT com a finalidade de alocar prioridades de discussão. Rogério também agradeceu a colaboração da bancada do Mato Grosso por conseguirem recursos para as questões de topografia, sobretudo. Outro ponto levantado em relação ao Mato Grosso é a interferência do judiciário no INCRA, levando a uma certa morosidade na atuação do órgão.

José Dumont realizou uma apresentação para contextualizar o trabalho feito pelo Terra Legal. Nessa contextualização apontou a ocorrência de disputas intensas entre os agricultores por causa da falta de definição do dono das terras e a ocorrência de desmatamento irregular. Ressaltou a regulamentação fundiária como forma de reduzir conflitos agrários e o desmatamento ilegal e, ainda, de promover a segurança jurídica e a inclusão produtiva. O objetivo é promover a regulamentação fundiária na Amazônia Legal. Afim de aumentar o número de títulos deve-se regulamentar a lei 13465, discutir a ampliação do orçamento de 2018 e do quadro de profissionais e realizar parcerias entre a União, Estados e Municípios. Já quanto a resposta ao Deputado Luiz Cláudio, Dumont afirmou que os assentamentos acima de um módulo fiscal não estão sendo feitos por falta de regulamentação.

Já o Edioni Gomes falou sobre a necessidade da estruturação e reestruturação dos órgãos que tomam conta dessa política e da desburocratização do procedimento de titulação. Também ressaltou que o processo de regulamentação fundiária é um procedimento oneroso e que diminui os conflitos agrários. Destacou o problema de títulos que estão em condições resolutivas, nesses casos se os proprietários não cumprirem com as cláusulas as terras serão devolvidas para a União. Sinalizou que a ação do Governo Temer de titular as terras é uma ação importante. Salientou que a demora na atuação do INCRA está relacionada com as travas legislativas existentes e que antigamente a instituição atuava mais como um tutor de assentamento, não permitindo aos agricultores muita autonomia. Já hoje em dia, com uma legislação mais flexível, o INCRA atua mais como um estruturador político.

O Senador Ivo Cassol informou a sua preocupação com a segurança jurídica e com o acesso do agricultor aos fundos de empréstimo, uma vez que sem um título o agricultor não consegue créditos de empréstimo e, por consequência, não tem condições de se desenvolver. Também alerta para o fato de que alocar pessoas mais próximas aos centros urbanos é mais fácil e mais barato do que assentar pessoas longe desses centros. Com a proximidade com os centros, há uma troca de produtos e o lucro obtido com esse comércio, que pode ser utilizado pelo agricultor para pagar o seu assentamento, gerando, assim, mais verba para a realização de outros assentatamentos. Com esse tipo de assentamento o governo não precisa gastar com infraestrutura, pois já existe a da cidade. Alertou a sua preocupação com a falta de títulos e com isso a impossibilidade de realizar empréstimos pelos agricultores.

Já o Senador Wellington Salgado (PR/MT) apontou uma falta de continuidade nas gestões dos dois órgãos, INCRA e Terra Legal. E sugeriu ao Presidente da comissão de fazer uma manifestação sobre a mudança no cargo do Terra Legal de uma pessoa que era de Rondônia e, portanto, teria maior conhecimento da situação, por uma do Rio de Janeiro. Questionando se isso seria uma jogada política, e se o atendimento administrativo será continuado. Além dessas questões, afirmou que o INCRA, com toda a burocracia, não dá muito resultado, e não possui dinheiro suficiente para realizar o assentamento e proporcionar a infraestrutura, o que gera um assentamento em condições precárias.

De modo conclusivo, o senador ressaltou que o crédito fundiário foi uma forma ágil de realizar assentamentos e compras individuais no Mato Grosso. Relatou também o caso de uma propriedade de um casal não regulamentada no assentamento de São Félix do Araguaia, situação que levou o Senador a discutir com o Presidente do INCRA a possibilidade de realizar um assentamento visando essa área de turismo.